

Mobilização Nacional contra o rol taxativo e a favor do rol exemplificativo.

Carta aberta aos Senadores e à Sociedade Brasileira

SENADORES, APROVEM O PL 2033 SEM ALTERAÇÕES! A vida tem pressa!

A **Mobilização Nacional Contra o Rol Taxativo e a Favor do Rol Exemplificativo** recebeu com indignação a posição da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) publicada no dia 04/08 após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PL 2033/22 e que trata do alcance da cobertura dos planos de saúde no Brasil.

Com seu posicionamento, a Agência expressou que o referido PL 2033/22 oferece risco à sustentabilidade do mercado e requer emendas à sua redação. Nesse posicionamento, lamentavelmente a ANS abandonou a posição de autarquia de Estado, com atribuição estritamente regulatória e atuação obrigatoriamente isenta, para se posicionar de maneira parcial em favor das operadoras de planos de saúde, extrapolando seu poder normativo e regulamentar, pois as próprias regras editadas pela Agência não podem restringir a cobertura determinada em lei.

A construção jurisprudencial em torno do rol exemplificativo tem mais de uma década, tendo vigorado de forma pacífica e consolidada na maioria dos tribunais brasileiros. Nesse mesmo período, segundo dados do IPEA (NT 97/21), o faturamento saltou de R\$123,8 bilhões para R\$192,1 bilhões, e o lucro líquido per capita no mercado de planos de saúde mais que dobrou. Ou seja, os argumentos de riscos para a sustentabilidade decorrentes da judicialização na saúde suplementar não encontram respaldo na evidência empírica disponível, seja da reguladora, seja dos institutos de pesquisa idôneos.

Causa profundo estranhamento o posicionamento da agência reguladora após inúmeras reuniões entre governo e oposição para a elaboração do referido projeto de lei, processo que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil e também da ANS na figura de seu diretor-presidente Paulo Rebello. Nesse sentido, o texto do PL 2033/22, aprovado na Câmara é resultado do acordo POSSÍVEL entre as partes e contou com a anuência da ANS, na última reunião do Grupo de Trabalho para fechamento da redação.

As entidades da mobilização consideram a aprovação do PL 2033/22 um avanço e uma vitória da sociedade, que incansavelmente pressionou por esta tramitação. O texto permite que tratamentos com eficácia comprovada, recomendados por órgãos de avaliação de tecnologia nacional ou internacional sejam cobertos. O texto do PL, de forma inovadora, concilia, a um só tempo, dois fundamentos essenciais para a boa relação das operadoras com os usuários, quais sejam, não onerar excessivamente o consumidor e manter esse mercado sustentável.

Dessa maneira, a mobilização espera que o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tenha a sensibilidade de pautar a matéria no esforço concentrado do Senado nos dias 8 e 9 de agosto e sem emendas, desempenhando um papel de destaque nesse processo que corrige uma das maiores injustiças já cometidas contra o direito à saúde de 49 milhões de usuários de planos de saúde.

Coletivo de Mobilização Nacional contra o rol taxativo e a favor do rol exemplificativo.

5 de Agosto de 2022.